

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO

Aline Firmino da Silva Guimarães

**TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS NA CIDADE DE  
DEUS**

Rio de Janeiro  
2024

ALINE FIRMINO DA SILVA GUIMARÃES

## **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS NA CIDADE DE DEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Especialização Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Política e Planejamento Urbano

Orientador: Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos

Rio de Janeiro

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

G963t            Guimarães , Aline Firmino da Silva  
                  Territórios e Territorialidades Negras na Cidade  
de Deus / Aline Firmino da Silva Guimarães . -- Rio  
de Janeiro, 2024.  
                  31 f.

                  Orientador: Renato Emerson Nascimento dos Santos.  
Trabalho de conclusão de curso (especialização) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Política  
e Planejamento Urbano, 2024.

                  1. Território negro. 2. Identidade. 3. Cidade de  
Deus . 4. Marcadores simbólicos . 5. Cultura . I.  
Santos, Renato Emerson Nascimento dos, orient. II.  
Título.

Aline Firmino da Silva Guimarães

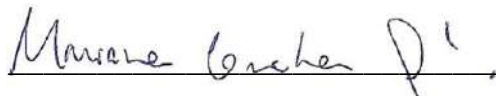
## **Territórios e territorialidades negras na Cidade de Deus**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista.

Aprovado por:

---

Prof Dr Renato Emerson Nascimento Dos Santos - Orientador  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



---

Profª Dra Mariana Luscher Albinati - Avaliadora  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Profº Dr Renato Emerson Nascimento Dos Santos  
Coordenador do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

## RESUMO

Este trabalho defende a ideia da Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como sendo um território negro. Tal fato não se relaciona apenas à composição de sua população constituir-se majoritariamente de pessoas negras, mas ao processo de ocupação e (r)existência no território ser permeado de significações que aludem à cultura e história afro-brasileiras. Para essa compreensão, foi feita a revisão bibliográfica e o mapeamento das expressões locais de arte, cultura e comunicação. As interações nos coletivos, a atuação de lideranças e de associações de ativismo negro na promoção do território e as ações de ajuda mútua a Cidade de Deus são aqui compreendidas, a partir da exploração de seus marcadores simbólicos, além de delinear aspectos da sua dinâmica socioespacial. Tais iniciativas de gestão popular são necessárias, dado o cenário de políticas públicas ineficientes destinadas ao bairro, e se configuram em formas autênticas de organização, gerando no cotidiano a superação de muitos dos efeitos funestos das desigualdades, na construção de relações e sociabilidades que proporcionam e compartilham experiências singulares, o devir negro.

**Palavras-Chave:** território negro; identidade; Cidade de Deus; marcadores simbólicos; cultura.

## **ABSTRACT**

This research defends the premise of Cidade de Deus, located in the west zone of Rio de Janeiro, is a black territory. This fact is not only related to the composition of its population, which is made up mostly of black people, but to the process of occupation and (re)existence of the territory being permeated with meanings that allude to Afro-Brazilian culture and history. To achieve this understanding, a bibliographical review and mapping of local expressions of art, culture and communication were carried out. Interactions in collectives, the actions of leaders and black activist associations in promoting the territory and mutual aid actions in Cidade de Deus are understood here, based on the exploration of its symbolic markers, in addition to outlining aspects of its socio-spatial dynamics. Such popular management initiatives are necessary because of the scenario of inefficient public policies aimed at the neighborhood, and are configured in authentic forms of organization, generating in everyday life the overcoming of many of the disastrous effects of inequalities, in the construction of relationships and sociabilities that provide and share experiences, the black becoming.

**Key-Words:** black territory; identity; Cidade de Deus; symbolic markers; culture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com a delimitação do Bairro Cidade de Deus .....	17
Figura 2 - Mapa das Subáreas da Cidade de Deus, elaborado por moradores .....	18
Figura 3 - Mapa do Município mostra a proporção de pessoas da cor/raça preta por RA, em 2000 .....	19
Figura 4 - Recorte do Bairro da Cidade de Deus e seu entorno no Mapa Interativo de distribuição no Brasil, desenvolvido pela agência PataData .....	20
Figura 5 - Post de Divulgação do Evento de Comemoração de um ano do Charme do Desabafo, na <i>instapage</i> do estabelecimento .....	25

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APP	Aliança para o Progresso
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEACC	Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania
COHAB-GB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISER	Instituto de Estudos da Religião
MEJAG	Movimento Educacional Josefa Alcântara Goulart
RA	Região Administrativa
USAID	United States Agency for International Development



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 SOBRE O TERRITÓRIO .....</b>	<b>10</b>
<b>3 SOBRE TERRITÓRIOS NEGROS.....</b>	<b>12</b>
<b>4 O TERRITÓRIO NEGRO DA CIDADE DE DEUS.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1. Um breve histórico da ocupação da Cidade de Deus.....</b>	<b>15</b>
<b>4.2. As práticas comunitárias e o “devir negro” .....</b>	<b>18</b>
4.2.1 Desabafo Drinkeria.....	25
4.2.2 GRES Mocidade Unida da Cidade de Deus .....	25
4.2.3 Roda Cultural Cidade de Deus e Roda Cultural Celeiro do Rap.....	26
4.2.4 <i>Slam</i> Melanina .....	26
4.2.5 Grupo de Capoeira Aliança Ariri .....	26
4.2.6 Via Show da 13.....	26
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Cidade de Deus, situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais especificamente na região histórico-geográfica da Baixada de Jacarepaguá, pode ser compreendida como um território negro. Para além do fato de sua população ser composta majoritariamente por pessoas negras, o processo de ocupação e de (r)existência dos seus moradores no território foi e é permeado de significações que aludem à cultura e história afro-brasileiras.

A escolha desse território para a feitura desse trabalho se deu pelo caráter paradigmático da Cidade de Deus no contexto da série de políticas de remoção de favelas que ocorreram na formação histórica da cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

O território em específico foi originado através da fragmentação de dezenas de outros territórios favelados e constituído por pessoas em situações de vulnerabilidade<sup>2</sup> que, sendo realocados em um Conjunto Habitacional planejado pelo Estado, passaram a ser moradores da cidade dita legal. Logo, esse movimento resultou na consolidação de um território com uma dinâmica populacional tão particular e expressiva que, atualmente, tem o *status* de bairro.

Apesar da heterogeneidade dos habitantes em suas origens, saberes e histórias, há um fator comum que possibilita a construção de um senso de comunidade e identidade com o lugar que passaram a habitar: o histórico de sucessivas violações aos seus direitos fundamentais que resultaram na segregação espacial na cidade, baseadas no marcador social racial. Assim, tais violações remontam a um passado escravista-colonial e à configuração espacial dos quilombos, ruas e cortiços; que podem ser compreendidos como territórios negros que se transmutaram ao longo da história brasileira até as favelas (Rolnik, 2012).

Esta pesquisa busca, portanto, compreender os marcadores simbólicos que corroboram para que definamos a Cidade de Deus como um território negro. Para tal, utilizamos uma metodologia que combina revisão bibliográfica e pesquisa em páginas eletrônicas de organizações, lideranças e portais de comunicação locais - possibilitando a compreensão, também, da gestão (popular) do território.

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre o tema, ver Cardoso *et al*, 2015;

<sup>2</sup> Como exemplo, verifica-se os atingidos pelas enchentes de 1966 e por incêndios criminosos ocorridos em algumas favelas da Zona Sul (Cardoso *et al*, 2015);

Desta forma, a segunda seção do texto pretende traçar um panorama do conceito de território na Geografia, enfatizando sua dimensão simbólica e identitária.

A partir dessa compreensão, a terceira seção aborda o conceito de territórios negros e explora os marcadores simbólicos que os constituem, partindo da perspectiva de diferentes autores.

A quarta seção busca aplicar tais conceituações para analisar o histórico de ocupação e desenvolvimento territorial da Cidade de Deus, mapeando iniciativas e movimentos locais de ativismo negro e de promoção do território que possibilitaram sua autopreservação.

## 2 SOBRE O TERRITÓRIO

Na Geografia, o conceito de território está diretamente ligado ao de espaço. Isso ocorre porque o território é uma configuração do espaço. Em analogia, o território e outros conceitos geográficos elementares orbitam o conceito-chave, que é o espaço, formando uma constelação que denota uma relação de interdependência entre eles (HAESBAERT, 2014).

Tal conceito surgiu, originalmente, nas ciências naturais, através do estudo da predominância de certas espécies animais e vegetais em determinadas áreas. Foi apropriado pela Geografia Clássica a partir da mesma ideia: o domínio ou posse de uma extensão do espaço por um grupo humano seria o princípio formador do território (MORAES, 1996).

Para Ratzel (2011), o processo de formação de um território envolvia três coisas essenciais: o solo (o substrato físico), os recursos e a população.

Posteriormente, autores da Geografia Crítica retomam o conceito de território para pensá-lo a partir do seu uso, dando ênfase às relações sociais que estão no bojo de sua produção e reprodução.

Segundo Santos (1996, p. 16), “o território são formas, mas o território usado<sup>3</sup> são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Por ser um espaço humano, o território é dinâmico e sujeito a disputas e transformações. Assim, compreende-se que o território possui dimensões materiais e imateriais e, por ser produzido e não inato, é constituído por relações de poder.

Em *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993) endossa tais ideias e vai além, ao afirmar que, por ser uma produção a partir do espaço, o território é uma representação, um projeto. Reproduzindo as palavras do autor:

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

---

<sup>3</sup> Milton Santos costumava usar recursos linguísticos diversos para ressaltar certos pontos em sua argumentação e criar ou ressignificar conceitos. Neste caso, ele utiliza a redundância do “território usado” para enfatizar a importância de analisar o território pela dimensão da prática social, uma vez que território é equivalente a espaço usado - seja econômica, cultural e/ou politicamente.

Assim, o território pode ser definido como uma representação no espaço criada por um ator (como o Estado, uma empresa ou um coletivo) a partir de um conjunto de significações que lhes são próprias. Ele expressa um significado e comunica objetivos e intencionalidades. Para mais, tais representações espaciais simbólicas estão intrinsecamente ligadas à identidade dos atores, de tal forma que o território funciona como a sua materialização no espaço, exprimindo histórias, memórias e laços afetivos (CLAVAL, 1999).

O adjetivo sêmico deriva de sema, que, segundo o Dicionário Aurélio, significa “cada unidade mínima de significação”. Raffestin (1993) utiliza termos provenientes dos estudos linguísticos para evidenciar o quão simbólico, logo, abstrato e cheio de significados, é o território, para além do que nele há de material. Nesse sentido, sua dimensão imaterial pode transmitir uma mensagem, representar uma estética específica, mobilizar ações, desencadear emoções.

### 3 SOBRE TERRITÓRIOS NEGROS

Todo território é delimitado a partir de relações de alteridade, ou seja, estabelecido através de diferenciações entre o que é meu e o que é do outro (RAFFESTIN, 1993). Portanto, os territórios são também espaços identitários. Esta noção está relacionada ao conceito de territorialidade, cuja (breve) explicação é pertinente a esta seção.

Para Sack (2013, p. 76), a territorialidade pode ser definida como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Esta “tentativa” seria a estratégia adotada pelos atores para exercer poder ou imprimir um significado - como vimos na seção anterior - sobre um território, em vista de se apropriarem dele.

Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006) fazem uma relação direta entre território e sentimento de pertencimento, atribuindo à territorialidade a noção de identidade territorial. Assim, podemos descrever os territórios negros como espaços de identificação e pertencimento negros; onde, mesmo que a população negra não seja maioria, existam marcadores simbólicos (culturais e/ou políticos) que caracterizem o uso daquele espaço como propriamente negro, pois está associado a elementos e práticas históricas e identitárias desse grupo<sup>4</sup>, conforme afirmado por Benedito (2013 apud NOGUEIRA, 2018).

Tais espaços costumam ser “áreas moles” para pessoas negras, ou seja, locais onde o ser negro não é tido como um marcador negativo socialmente, mas, pelo contrário, é valorizado e celebrado (SANTOS, 2012). Exemplos de marcadores simbólicos estão expressos em Nogueira (2018), que afirma:

Estes marcadores, que podem ser organizações sociais, como ONGs do Movimento Negro; culturais, como escolas de samba, grupos de capoeira, clubes negros, bailes de música negra, rodas de samba e pagode; religiosas, como irmandades negras e terreiros de religiões de matriz africana; políticas, que vão desde atuação de partidos, como a Frente Negra, na década de 1930, até a posição de poder dentro destes territórios ocupada por negros, como líderes religiosos, políticos, moradores antigos ou de maior prestígio social, comerciantes, professoras, benzedeiras e parteiras (NOGUEIRA, 2018, p. 210).

---

<sup>4</sup> O conceito de “referentes espaciais” (Claval, 1999) também se aplica nessa definição, uma vez que o autor assinala o valor simbólico de certos espaços para um indivíduo ou grupo, de forma a promover um enraizamento (ou laço) desses atores com o solo de que se apropriam.

Alguns autores que se dedicaram à análise de territórios negros nas cidades brasileiras mostram que houve, historicamente, uma marginalização e segregação espacial destes espaços e que tal processo ocorreu de forma similar em diferentes regiões do país. Eles apontam uma equivalência entre a organização socioespacial em territórios negros desde o período colonial e o regime escravocrata até a urbanidade capitalista atual. Da subumanidade das senzalas, passando pelas ruas, quilombos e cortiços, até à marginalidade dos morros e favelas (ROLNIK, 2007), o espaço apropriado se transmuta, mas permanecem as redes de solidariedade, o senso comunitário e uma mistura de experiências e histórias comuns - que vêm a formar também uma identidade coletiva, nos territórios negros da cidade.

Em um trabalho de comparação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Rolnik (2007) busca refazer o percurso histórico de formação e manutenção de espaços negros. Sobre a resistência no período escravagista, ela aponta que:

(...) foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras (ROLNIK, 2007, p. 76).

Este “devir”, enquanto uma força que se transforma e se reinventa, esteve presente entre a comunidade negra em todos os períodos da história brasileira e se expressa também na conformação de seus territórios, nas mais diversas configurações.

Campos (2005), ao analisar a cidade do Rio de Janeiro, compartilha dos ideais expostos acima quando afirma que favelas são espaços que se transmutaram a partir do espaço quilombola<sup>5</sup>, em uma continuidade dos processos que os originaram e da organização socioespacial que os possibilitou continuar (r)existindo. Sua argumentação se baseia no fato de que ambos são espaços considerados ilegais pelo Estado (seja colonial, imperial ou republicano); marginalizados e segregados espacialmente das áreas centrais, que são mais interessantes para as elites e o Estado, grande parceiro do capital imobiliário; baseados em uma organização comunitária e na resistência a um sistema que os estigmatiza.

---

<sup>5</sup> O quilombo tomou uma dimensão ideológica entre os militantes do Movimento Negro, deixando de ser um espaço de resistência ao sistema escravista para tornar-se, na configuração de outros espaços e tempos, símbolo de resistência ao racismo e de valorização da memória e identidade afrobrasileiras. Beatriz Nascimento - uma das intelectuais que se dedicaram acerca desse tema - fala sobre “sistemas sociais alternativos” organizados pelo povo negro e aponta a semelhança entre os quilombos e outros territórios negros já citados nesta seção (RATTS, 2012).

Assim, se os quilombos e favelas são produzidos a partir da apropriação da população negra e pobre, essa parcela marginalizada também é responsável pela produção da cidade.

É importante ressaltar que territórios marcadamente apropriados por pessoas negras, como os quilombos, favelas e escolas de samba, nunca foram ocupados exclusivamente por este grupo. O que nos faz considerá-los como “negros” é o fato de serem espaços cujo uso está fortemente associado - interna e externamente ao grupo - à identidade negra, por fatores históricos, políticos e culturais (RATTS, 2012).

Outrossim, o racismo faz com que pessoas brancas e não-brancas tenham experiências sociais diferentes nos mesmos espaços, mesmo aqueles considerados marginais, como as favelas (SANTOS, 2012).

Por fim, também é possível definir território negro, com o sentido trabalhado nesta seção, como “um repertório de lugares de um grupo social” (RATTS, 2012, p. 232). Os conceitos geográficos de “território” e “lugar” se relacionam na medida em que um determinado território assume o sentido de espaço de vivência e afetividade para um indivíduo ou grupo, tornando-se um lugar.

Lélia Gonzalez (1982, apud RATTS, 2012) usa do jogo de palavras “lugar de negro” e “lugar negro” para caracterizar espaços marcados pela segregação racial e espaços marcados pelo sentimento de pertencimento do grupo com o local, respectivamente.



## 4 O TERRITÓRIO NEGRO DA CIDADE DE DEUS

A Cidade de Deus é singular em sua conformação. É uma espécie de híbrido, uma “favela de concreto”. Ao mesmo tempo em que apresenta características típicas de outras favelas — ocupação espontânea, sem planejamento urbano e presença estatal, conjuga infraestrutura básica, possui arruamento e casas geminadas em diversas partes do território.

### 4.1. Um breve histórico da ocupação da Cidade de Deus

A Cidade de Deus é, desde 1981, um bairro<sup>6</sup> situado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A sua criação, no entanto, remonta à década de 1960 e às políticas remocionistas dos governos Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1971), ambos governadores do extinto Estado da Guanabara. Mascarado sob o discurso da insalubridade das habitações e do risco ambiental, o processo de remoção das favelas da Zona Sul para as periferias da cidade foi planejado com o fim de retirar os favelados de espaços de grande interesse de investimento por parte do capital imobiliário. Assim, áreas que já eram valorizadas anteriormente receberam empreendimentos imobiliários de alto padrão, sem a presença incômoda das favelas às elites e com o incentivo estatal.

A Cidade de Deus recebeu moradores da Praia do Pinto, Parque Proletário da Gávea, Parque Proletário do Leblon, Ilha das Dragas, Rocinha, Catacumba e outras dezenas de favelas espalhadas pelo Rio de Janeiro. Com efeito, 70% de seus moradores vieram das seis favelas mencionadas anteriormente, todas situadas na Zona Sul (MELLO, 2010).

O plano era construir conjuntos habitacionais para abrigá-los em locais urbanizados, que contassem com um ordenamento, infraestrutura e serviços públicos básicos. Para concretizá-lo, foram usados recursos federais, do Banco Nacional de Habitação (BNH) e internacionais, da United States Agency for International Development (USAID<sup>7</sup>).

---

<sup>6</sup> A Cidade de Deus tornou-se um bairro através do Decreto Nº 3.158, de 23 de julho de 1981, com alterações do Decreto 5.280, de 23 de agosto de 1985. Antes, fazia parte do bairro de Jacarepaguá. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/586-cidade-de-deus-o-bairro-que-virou-filme>

<sup>7</sup> O financiamento proveniente da USAID estava no escopo do projeto Aliança para o Progresso (APP), do governo estadunidense, que tinha como objetivo cooperar para o desenvolvimento socioeconômico das cidades latino-americanas, sendo também uma iniciativa de combate ao comunismo nos países em que operou. Dentre

Havia, ainda, o desejo de controle social sobre uma população que estava fora da cidade dita oficial. Logo, seria necessário “urbanizá-los”, ensinando-os a viver de acordo com o código moral estabelecido pelo Estado.

Mello (2010, p. 42) pondera, ao analisar o documento Rio: operação Favela (1969), do Estado da Guanabara: “No escrito oficial é dito que tal empreendimento visava a ‘um positivo programa de assistência social, objetivando a longo prazo, a recuperação econômica, psicossocial e moral dos favelados”.

O plano do Conjunto foi concebido em 1964 e começou a ser construído em 1965. Em janeiro de 1966, uma forte chuva atingiu a cidade do Rio de Janeiro e deixou muitos desabrigados, sobretudo moradores de favelas.

A medida imediata foi alojá-los no Estádio do Maracanã. Mas, logo, parte dessas famílias foram levadas para a Cidade de Deus, que funcionaria como um abrigo temporário. A construção do conjunto habitacional ainda não estava concluída e eles foram alocados em casas provisórias, sem instalações de água e esgoto e inacabadas. Outros foram por conta própria e ocuparam essas casas, denominadas “triagens” por seu caráter inicialmente transitório, mas que tornaram-se moradia permanente.

Portanto, é possível identificar três perfis de moradores na Cidade de Deus, segundo Mello (2010): os “removidos” de favelas pelo Estado; os “invasores” que ocuparam o Conjunto irregularmente em razão das enchentes e dos incêndios criminosos que aconteceram em algumas favelas; e, ainda, os funcionários do Estado da Guanabara “inscritos” na COHAB para financiamento da casa própria.

Para a autora, esta diversidade de locais de origem e classe social dos moradores fez com que fossem criadas fronteiras simbólicas entre eles no território, o que dificultou a integração e o senso de unidade entre eles.

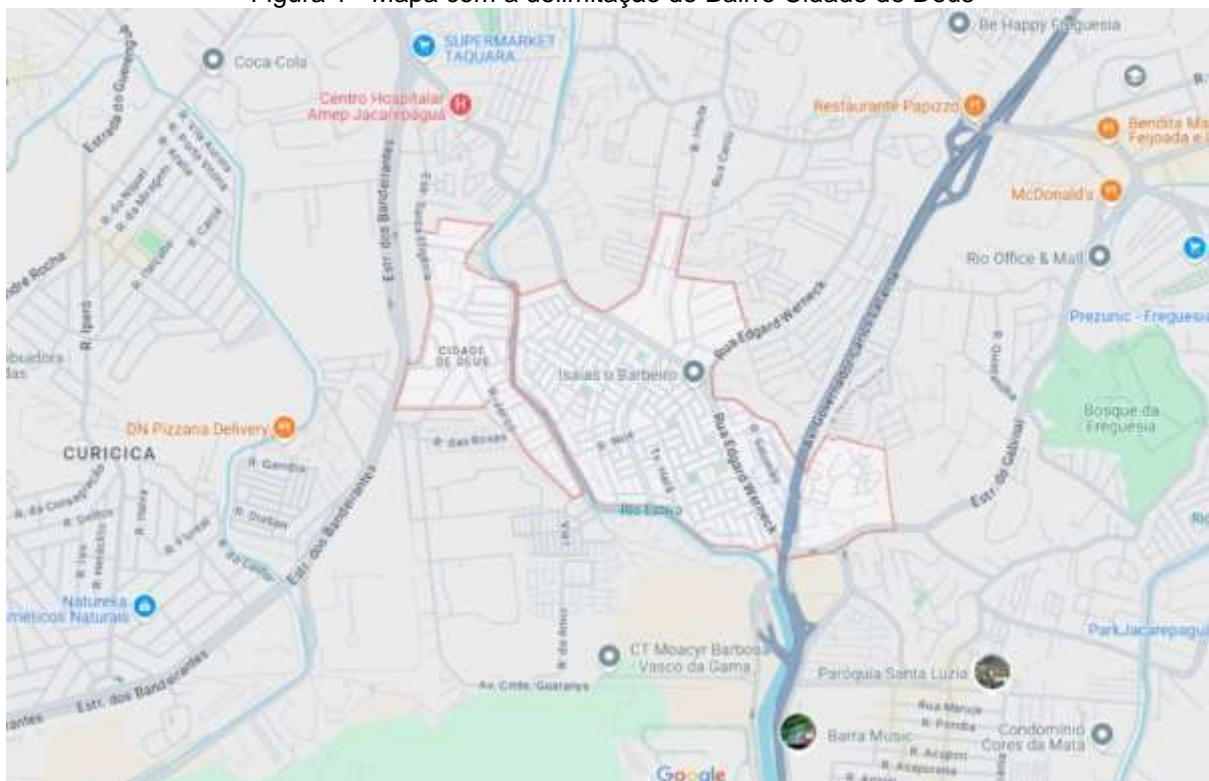
Em entrevista ao Portal Comunitário da Cidade de Deus, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto da Cidade de Deus, Giuseppe Badolato, conta que:

---

os seus ideais, estava o discurso de ascensão dos pobres ao status de proprietários de suas casas. Para isso, a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) operou a venda das unidades habitacionais para os removidos em diversos conjuntos habitacionais planejados, como a Cidade de Deus, Cidade Alta, Vila Kennedy e Vila Aliança - todos no subúrbio (Cruvinel, 2023).

(...) o projeto do bairro era inovador, pois buscava uma integração da comunidade: contava com uma praça para cada 70 casas, cinema, escolas, posto de saúde e assistência social. O projeto foi previsto para 15 mil moradores, mas foi em grande parte deturpado. Muitas praças foram usadas para residência e a proposta de integração não ocorreu por falta de uma política pública voltada para atender as necessidades básicas da população<sup>8</sup> (Entrevista ao Portal Comunitário da Cidade de Deus).

Figura 1 - Mapa com a delimitação do Bairro Cidade de Deus



Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de fev. de 2024.

Como explicitado acima, a realidade divergiu do planejamento do poder público para a Cidade de Deus e o número de moradores que ocuparam o Conjunto excedeu significativamente a expectativa inicial.

Esta superlotação foi agravada pelo fato de que a infraestrutura necessária, planejada para um número menor de habitantes, não estava totalmente concluída no momento em que os novos moradores chegaram.

Ao longo dos anos, novos núcleos habitacionais foram surgindo, muitos deles em desacordo com as normas urbanísticas da cidade.

<sup>8</sup> Tal entrevista foi dada ao Portal Comunitário da Cidade de Deus (<https://cidadededeus.org.br/>), que é responsável pelo jornal local A Notícia Por Quem Vive, e reproduzida no blog da moradora Rosalina Brito. Em seu site, é possível assistir a um vídeo em que o arquiteto responde perguntas feitas por ela, que também o entrevistou. Disponível em: <https://cidadededeus-rosalina.blogspot.com/2011/05/verdadeira-historia-da-cidade-de-deus.html>

Figura 2 - Mapa das Subáreas da Cidade de Deus, elaborado por moradores



Fonte: <https://cidadededeus.org.br/2023/02/18/cidade-de-deus-faz-57-anos/>.

#### 4.2. As práticas comunitárias e o “devir negro”

Apesar da diversidade de origens dos moradores da Cidade de Deus e dos núcleos territoriais terem se formado em diferentes momentos da história da comunidade, há muitos pontos de convergência entre os seus moradores. O marcador social étnico-racial é um forte fator de identificação, visto que, de acordo com o Censo Demográfico 2010 (População residente por cor ou raça segundo as regiões administrativas<sup>9</sup>), 72,1% dos 36.515 moradores<sup>10</sup> da XXXIV RA (referente ao bairro da Cidade de Deus) se identificavam como negros, sendo 24,3% de pretos (8.887 moradores) e 47,7% de pardos (17.454 moradores).

No Censo 2000, a Cidade de Deus já apresentava um contingente de pessoas que se identificam como pretas acima da média do Rio, sendo a segunda região administrativa com maior proporção de pessoas pretas em relação ao total da população do município.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.data.rio/documents/52ae2d1ec47748f295078a7f94dfd93c/about>.

<sup>10</sup> De acordo com estimativas da comunidade, esse número chega a aproximadamente 60.000 moradores. A subnotificação por parte do IBGE se dá pelo difícil acesso a algumas áreas do bairro (Construindo Juntos, 2020).

Na figura 3, é possível observar o mapa que ilustra essa proporção, no qual apenas as RA's do Jacarezinho e da Cidade de Deus são representadas na cor marrom, com 16% e 15,7% da população autodeclarada preta, respectivamente.

Enquanto isso, foi apenas no Censo 2022 que a maior parte da população brasileira se autodeclarou parda<sup>11</sup>, desde a série histórica de 1991.

Figura 3 - Mapa do Município mostra a proporção de pessoas da cor/raça preta por RA, em 2000



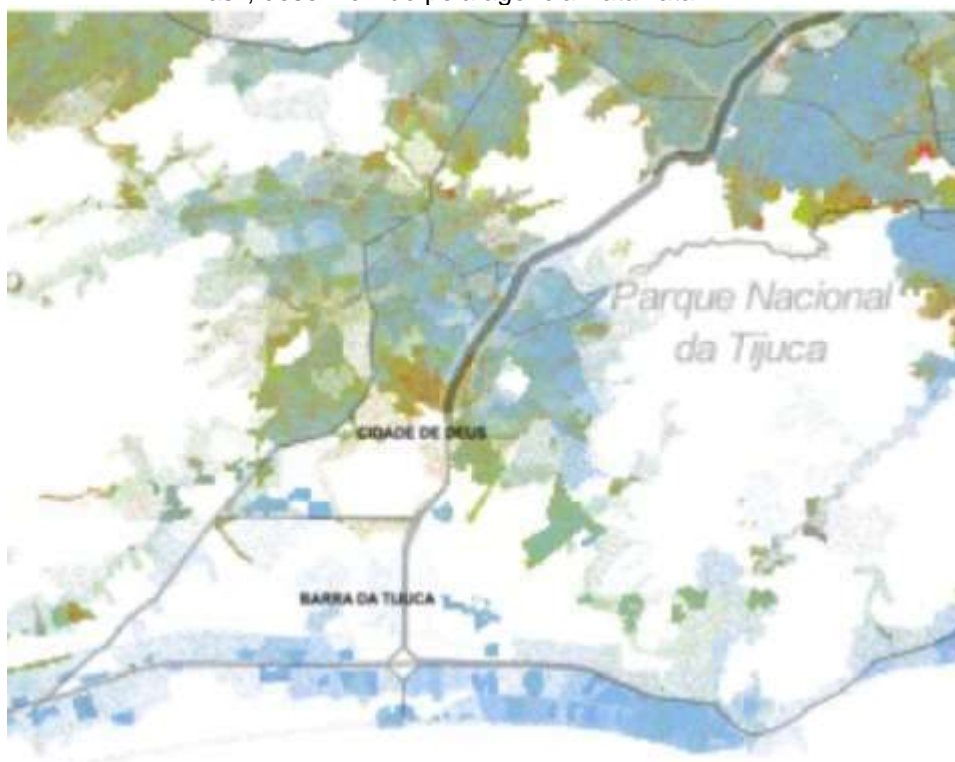
Fonte: <https://www.data.rio/documents/2f6f0d3c176b4cf6bbb93c213f3b560f/about>.

O mapa, retratado na figura 4, mostra a distribuição geográfica da segregação racial no Brasil. Baseado nos dados de classificação racial do Censo 2010, georreferenciados por setor censitário, cada ponto colorido no mapa representa uma pessoa. Os pontos em verde representam os pardos; em vermelho os pretos; em azul os brancos; em marrom os indígenas; e os amarelos (asiáticos) em amarelo.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>

É notável a concentração de pardos e pretos na Cidade de Deus, que se torna ainda mais expressiva quando posta em comparação com outros bairros do entorno imediato, como Taquara e Freguesia. A Barra da Tijuca, que também está geograficamente próxima, é predominantemente branca.

Figura 4 - Recorte do Bairro da Cidade de Deus e seu entorno no Mapa Interativo de distribuição no Brasil, desenvolvido pela agência PataData



Fonte: <https://patadata.org/maparacial/>.

Entretanto, a identificação racial não é o único parâmetro adotado aqui para afirmar que a Cidade de Deus é um território negro, mas o fato de ser um lugar repleto de marcadores simbólicos de identidade racial.

Além disso, trata-se de um local onde se destacam iniciativas de solidariedade e autopreservação, presentes no *modus operandi* dos negros no Brasil desde a diáspora - o que Raquel Rolnik (2007) denominou de “devir negro”, como explicitado na segunda seção do texto. A mesma autora ainda afirma:

Se no Rio de Janeiro a luta pela apropriação do solo urbano acabou por consolidar as favelas como os espaços mais caracterizadamente negros da cidade é porque para ali afluiu uma mistura peculiar de histórias, um caminho singular que passou pela África, pela experiência da senzala e pelo deslocamento e marginalização operados pela abolição e a República (ROLNIK, 2007, p. 83).

Segundo o IBGE (2024<sup>12</sup>), a categoria “favelas e comunidades urbanas” possui um caráter territorial. Em sua definição, sobressai o movimento autônomo e coletivo em suprir necessidades básicas, como moradia, serviços e lazer, frente à ineficiência das políticas públicas voltadas para tais territórios nesses aspectos. Ainda,

(...) em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária (IBGE, 2024, p. 52).

Em Cidade de Deus, a despeito da heterogeneidade dos moradores, foram estas relações comunitárias que propiciaram o seu desenvolvimento. Barbosa (2012), que morou na Praia do Pinto e foi transferida para a Cidade de Deus no início de sua história, atesta que a mudança da Zona Sul para a Zona Oeste foi difícil em muitos aspectos. A distância entre seus trabalhos e suas novas residências era grande e, à época, o transporte na região de Jacarepaguá era escasso. Assim, o deslocamento fazia com que os adultos passassem muitas horas fora de casa ou, às vezes, que dormissem no local de trabalho, e as crianças ficavam sem cuidados. De acordo com seus escritos,

Com os adultos trabalhando na zona sul e seus filhos na zona oeste, o abandono de uma geração foi produzido pelo sistema público. (...) A situação só não ficou pior por conta dos vizinhos que se sensibilizaram com as crianças e as apoiavam, dando o básico para que sobrevivessem (BARBOSA, 2012, p. 27-29).

Esse movimento coletivo para garantir condições básicas de sobrevivência, e sobretudo de ajuda aos mais vulneráveis, persiste até hoje. Uma pesquisa do Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos (2020) - cuja metodologia consistiu na participação de moradores na formulação e aplicação de questionários em todas as subáreas da Cidade de Deus, inclusive nas de difícil acesso - mensurou que 62,1% dos 989 moradores entrevistados já estiveram envolvidos em algum projeto de solidariedade na comunidade, seja para melhorias no território ou de ajuda para a vizinhança. Estratificando por raça, averiguou-se que os negros tinham quase o

---

<sup>12</sup> Na nota metodológica que detalha o processo de mudança do termo “aglomerados subnormais”, antes usado pelo Instituto, para “favelas e comunidades urbanas”.

dobro de probabilidade de estar envolvidos em trabalhos voluntários, como em ONG's ou projetos sociais, quando comparado aos números de brancos envolvidos nessas mesmas atividades - sendo 9% e 5%, respectivamente (FAHLBERG *et al*, 2020).

É escusado dizer que a gestão popular do território é diametralmente oposta à ação ostensiva da polícia militar em operações, em contraponto à ausência de equipamentos culturais. O coletivo Construindo Juntos (2020) relata que, diante da inexistência de uma escola de ensino médio, a comunidade teve as obras da escola interrompida, haja vista as operações militares.

Nas décadas de 70 e 80, a ascensão das gangues e do tráfico de drogas fez com que o bairro ficasse conhecido pela violência, ocultando todo o movimento cultural e político que ali se desenvolvia.

Vianna (1992) relembra o preconceito sofrido pelos moradores da Cidade de Deus e a dificuldade de conseguir emprego ao relatar seus endereços. Por isso, era comum dizer que moravam em bairros próximos, como Taquara e Freguesia, na tentativa de não serem associados à marginalidade pelos “de fora”.

O autor ainda cita a fala de uma mulher sobre a Cidade de Deus, que diz: “lugar em que gente decente passa, mas não frequenta” (VIANNA, 1992, p. 120). Tal fato revela o signo da imoralidade associado a ser morador da Cidade de Deus no imaginário popular.

Este estigma não é exclusivo do território aqui analisado, mas é historicamente associado a outros territórios negros e marcadores simbólicos.

O processo de estigmatização engendrado na Cidade de Deus, enquanto um território favelado - originado pelo reassentamento de favelados de outras localidades - é transferido aos seus moradores, tal como ocorre nas diferentes favelas do país.

Nesse sentido, pode-se reforçar aqui a compreensão do “lugar de negro” conceituado por Lélia Gonzalez (1982, apud RATTIS 2012), que revela o movimento hegemônico da sociedade racista em definir os territórios negros como ilícitos e subalternos.

Relacionalmente, se o território é a grafagem da identidade social no espaço, os moradores das favelas são interpretados a partir dessas mesmas características (VARGAS, 2005).



No ano de 2002, o filme “Cidade de Deus” (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, adaptado do livro homônimo, ganhou projeção internacional e fez com que o nome da comunidade fosse associado às imagens de corpos negros vendendo drogas e segurando armas.

Apesar de mostrar um pouco sobre o início da formação do conjunto habitacional e a situação de vulnerabilidade social em que as pessoas viviam, o racismo experienciado pelos moradores aparece de forma rasa e inexpressiva quando comparado às fortes cenas de violência entre as gangues locais.

À época, houve grande mobilização dos moradores contra a repercussão do filme, uma vez que a produção cinematográfica reforçou o estigma de violência que eles já carregavam por serem pretos e moradores de favela.

Eles buscavam, uma busca emblemática, por representações positivas da comunidade na disputa simbólica sobre o que é ser favelado, travada contra os “de fora” (MELLO, 2010).

Assim, o objetivo de mostrar que a Cidade de Deus - um território negro - é signo de resiliência social, construído através da organização política de seus moradores, põe em xeque a imagem negativa que é ostensivamente veiculada.

Todavia, o emblema é o polo oposto ao estigma na disputa de simbolismos que caracterizam o território. Assim, em buscar de reforçar a construção da identidade e do território pelos próprios sujeitos negros, exaltando a mobilização popular e o ativismo negro na Cidade de Deus, é possível citar muitas benesses conquistadas para o bairro pelos moradores. Vianna ressalta que:

Ao longo dos anos 80, com o fortalecimento das associações de moradores que se estabeleceram por todo o município, os habitantes da Cidade de Deus organizaram-se em grupos atuantes segundo os limites das áreas que foram sendo acrescentadas aos núcleos originais. Conscientes da importância da localidade, de sua elevada população e do abandono que vinham sofrendo por parte dos órgãos do governo, estas associações, reunidas no CONCIDE - Conselho das Associações de Moradores da Cidade de Deus - passaram a encaminhar suas reivindicações por melhoramentos locais, tendo conseguido creches, escolas, centros comunitários e de saúde e obras de saneamento (op. cit, p. 120-121).

A mistura de pessoas e saberes no local deu origem a blocos de carnaval, agremiações de samba, corais, centros culturais, grupos de teatro, dança, capoeira e Folia de Reis, dentre outras manifestações (BARBOSA, 2012).

A organização dos moradores também se estendia aos grupos de estudo acerca da história e cultura afro-brasileira, de forma que três deles estão registrados no Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil (ISER, 1988): o Centro de Estudos e Pesquisas das Culturas Negras Acorda Crioulo, o Grupo Teatral Raiz da Liberdade e o Quilombo União das Raças.

Em contraponto, levantamentos da Prefeitura do Rio dos anos de 2004 e 2008 revelam a completa ausência de equipamentos culturais públicos<sup>13</sup> na Região Administrativa da Cidade de Deus.

Destarte, as iniciativas populares e comunitárias imperam no âmbito cultural e social, contando, em alguns casos, com incentivos do setor privado. Destacam-se, então, lideranças - as quais Barbosa (2012) chama de “grandes mestres fazedores de destinos” - e coletivos que se colocam à frente de tais movimentos. A Casa de Cultura Cidade de Deus, o Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania (CEACC) e o Movimento Educacional Josefa Alcantara Goulart (MEJAG - Creche São José) são exemplos de ações de solidariedade e cidadania que, diante da falta ou da volubilidade de recursos destinados a programas sociais e culturais por parte do Estado, propiciam um dinamismo socioeconômico de grande importância para a comunidade.

Neste trabalho, seis expressões e manifestações multiformes são exemplos de marcadores simbólicos de identidade racial e de projetos focados no desenvolvimento socioterritorial da Cidade de Deus:

---

<sup>13</sup> São considerados equipamentos culturais, neste levantamento, museus, bibliotecas populares e especializadas, escolas e sociedades musicais, espaços e centros culturais, galerias de arte, teatros e salas de espetáculos. O que foi realizado em 2004 incluía, ainda, cinemas e bens tombados. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/b702b9969dcf4f9eb4290b09068db4dd/about>

#### 4.2.1 Desabafo Drinkeria

O Desabafo é um bar em que acontecem eventos voltados para a cultura e música *black*, como o baile charme, aos sábados à noite, apresentações de DJs e artistas negros, batalhas de *slam*, entre outros.

Figura 5 - Post de Divulgação do Evento de Comemoração de um ano do Charme do Desabafo, na *instapage* do estabelecimento



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C3vXL-SuG8m/>.

#### 4.2.2 GRES Mocidade Unida da Cidade de Deus

Fundada em 1970, a escola de samba compete, atualmente, na série bronze do Carnaval carioca. Em sua quadra ocorrem eventos como shows e bailes, além dos ensaios da bateria.

#### **4.2.3 Roda Cultural Cidade de Deus e Roda Cultural Celeiro do Rap**

Em ambas as rodas culturais acontecem batalhas de MC's, *pocket shows* e apresentações de DJ's. Em janeiro de 2024, elas foram reconhecidas por seu impacto no território e, por isso, foram contempladas no edital Ações Locais da Prefeitura do Rio. A Roda Cultural Cidade de Deus ocorre quinzenalmente às quintas-feiras, na Quadra do Lazer (na subárea conhecida como 15) e já promoveu, também, ações sociais. A Roda Celeiro do Rap é semanal, às sextas-feiras no Jardim do Amanhã (localidade que fica na subárea do Karatê).

#### **4.2.4 Slam Melanina**

O *slam* consiste em uma batalha de poesias declamadas e no *Slam Melanina* “todo o local de fala é de pessoas pretas e indígenas”, como está registrado em sua página eletrônica. As batalhas não ocorrem em um local fixo, mas em diferentes pontos do território.

#### **4.2.5 Grupo de Capoeira Aliança Ariri**

O grupo de Capoeira foi criado em 1973, tendo como um de seus fundadores o mestre Derli, que o coordena até hoje. Derli mora na Cidade de Deus desde os 11 anos e é uma referência na Capoeira, sendo conhecido como o “mestre de Jacarepaguá”. Ele coleciona prêmios e agrega muitíssimos alunos, pois, além do grupo, também deu aulas em escolas municipais da comunidade. Na visita de Barack Obama à Cidade de Deus, em 2011, se apresentou para o ex-presidente estadunidense.

#### **4.2.6 Via Show da 13**

Autointitulado “o maior entretenimento cultural da maior comunidade do Rio de Janeiro”, o baile funk dominical se situa na subárea da Cidade de Deus, conhecida como 13. O evento ocorre ao ar livre, na rua Israel, em frente à loja Kaumarine. Além do funk, ocasionalmente há shows com artistas de outros estilos musicais, como pagode e rap.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou esquadrihar os marcadores simbólicos que fazem da Cidade de Deus um território negro e o impacto de cada um deles sobre a dinâmica socioespacial do bairro.

Desde o início de sua história, a reprodução do território da Cidade de Deus é perpassada por iniciativas de moradores que se estabeleceram como lideranças diante da arbitrariedade da ação estatal no local. Arbitrariedade aqui é termo utilizado para fazer referência às ações coercitivas do Estado, notadamente na área de segurança pública, tão presente em operações, mas ausente em equipamentos culturais.

Constata-se que a manutenção da vulnerabilidade é um projeto, que torna mais difíceis as possibilidades de ascensão social e aumenta, por consequência, a violência. Se, com as remoções, o poder público pretendia acabar com as favelas e alocar os favelados em locais urbanizados (dentro da “cidade legal”), o abandono ao projeto inicial do Conjunto da Cidade de Deus teria relegado o território à ruína se não fossem as estratégias de resiliência social e autogestão do território adotadas pelos moradores. A busca por melhorias territoriais e iniciativas de ajuda mútua, com destaque para as campanhas de solidariedade durante a pandemia do COVID-19 (Construindo Juntos, 2023), além das inúmeras organizações que buscam promover a cultura, lazer e esporte são exemplos disso.

Por um lado, as remoções foram a busca por parte do Estado de construir outra identidade territorial para o povo negro e favelado, buscando inserí-los na cidade “lícita e ordenada”. Contudo, os marcadores analisados evidenciam a continuidade de uma configuração socioespacial observada em outros territórios negros, pautada na coletividade e na resistência contra as políticas de extermínio da população negra, além da perpetuação de uma identidade racial comum.

Outro ponto importante a ser frisado é que a Cidade de Deus, enquanto um bairro formado por pretos e pobres, não fugiu da marginalização e do estigma que foram historicamente relegados ao povo negro - e reforçado continuamente pelas ações estatais, como exposto acima. O filme “Cidade de Deus” (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, é exemplar na dicotomia construída imagetivamente contrapondo asfalto e favela, setorizando segurança e perigo, sociabilidade e criminalidade.

A projeção do filme é proporcional à rejeição que o filme ocupa no interior da Cidade de Deus, numa recusa identitária, na busca de outras construções mais afeitas com suas próprias interações e percursos alternativos, em processos de mobilidade social engendrados no contexto da sociedade contemporânea.

São os marcadores simbólicos que ratificam a definição da Cidade de Deus como um território negro, na compreensão de território como dimensão cultural e identitária pelo histórico de ocupação e desenvolvimento espacial; território cujas relações e dimensões nos demandam que seja dado o devido destaque para as expressões artísticas, sociais, de mobilização autônoma e coletiva para gestão popular, para a transformação e resistência, para as vivências, os afetos e o pertencimento a um devir negro.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; MELLO, I. Q.; GRAZIA, G. A retomada das remoções na Cidade do Rio de Janeiro e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: ENANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...] Belo Horizonte, 2015. 17 p.
- CLAVAL, P. O Território na transição da Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.
- COLETIVO DE PESQUISA CONSTRUINDO JUNTOS. **Pelos olhos da Comunidade: Cidade de Deus e Suas Necessidades, Capacidades e Desafios**. Rio de Janeiro, 2020.
- COLETIVO DE PESQUISA CONSTRUINDO JUNTOS. **Nós por Nós: Mobilizações Sociais na Cidade de Deus durante a Pandemia de COVID-19**. Rio de Janeiro, 2023.
- CRUVINEL, A. C. F. Cidade de Deus, entre a ficção e a realidade: um projeto da Aliança para o Progresso (APP) para o Estado da Guanabara. In: ENANPUR, 20., 2023, Belém. **Anais eletrônicos** [...] Belém, 2023. 12 p.
- FAHLBERG, A.; VICINO, T. J.; FERNANDES, R.; POTIGUARA, V. Confronting chronic shocks: Social resilience in Rio de Janeiro's poor neighborhoods. **Cities**, v. 99, 2020, 102623, ISSN 0264-2751.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO - ISER. **Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil**. Rio de Janeiro, 1988.
- MELLO, E. F. O. T. **Luz, câmera, ação: Cidade de Deus entre histórias e memórias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- MORAES, A.C.R. O que é território? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.
- NOGUEIRA, A. M. R. A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. **Revista De Geografia (Recife)**, v. 35, n. 1, p. 204–218, 2018.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATTS, A. Os lugares de gente negra: Temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et al ii; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- RATZEL, F. O Solo, a Sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, Brasil*, v.2, p.93-101, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1983.0002.0008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081>. Acesso em 21 nov.2024
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais - o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. DIAS, L.C; FERRARI, M. (Org.). Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

SANTOS, R. E. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP *et al* ii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

VARGAS, J. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia (USP)**, v. 48, n. 1, p. 75-131, 2005.

VIANNA, H. **Baixada de Jacarepaguá: Sertão e “Zona Sul”**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1992.